



SAÚDE TRANS E A RESIDÊNCIA EM SAÚDE: CAMINHOS NECESSÁRIOS PARA O DIREITO À SAÚDE T.

Ana Carolina Lima dos Santos¹
Nilza Rogéria de Andrade Nunes²

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é parte constituinte da pesquisa de mestrado em andamento intitulada “Pessoas Trans no SUS: narrativas dos profissionais de saúde, desafios e possibilidades”, que vem sendo desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da PUC Rio. Este estudo tem por objetivo analisar a relação dos profissionais em formação nas residências multiprofissionais em saúde no que tange ao atendimento de pessoas trans³ em um hospital universitário do município Rio de Janeiro.

No Brasil, a preocupação com a saúde da população de pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travesti, Transexual e Intersexo (LGBTI) ganhou maior evidência após a emergência do HIV na década de 1980. Apesar disso, foi a partir da segunda metade da década de 1990 que se destaca uma série de iniciativas propagadas pela sociedade civil e no âmbito do poder legislativo que ressaltaram na elaboração de políticas públicas que contemplam os direitos sociais desses segmentos, mas que aqui destacamos de pessoas travestis e transexuais. O movimento social não apenas cresceu em quantidade de grupos neste período e diversificou os formatos institucionais, como também ampliou sua visibilidade, sua rede de alianças e espaços de participação social, dentre eles os campos da saúde e da educação (SIMÕES e FACCHINI, 2009).

Embora o uso da terminologia *trans* seja hoje recorrente para designar um segmento específico e uma agenda política própria, cabe ressaltar que a nomenclatura transexual é recente. Surge, de acordo com Carrara e Carvalho (2013), entre o final da década de 1990 e início dos anos 2000. Em algumas abordagens da literatura e até mesmo nos fóruns especializados no debate sobre políticas voltadas às pessoas LGBTI, observa-se o uso

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC Rio – anacarolina.lds@gmail.com;

² Professora orientadora: Pós-Doutoranda em Saúde Coletiva (UnB); Doutora em Serviço Social (PUC-Rio); Mestre em Psicologia Social (UFRJ); Assistente Social (UFRJ). Professora do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio. Nº Orcid: 0000-0002-2208-1054. E-mail: nr.nunes@puc-rio.br

³ A expressão “pessoas trans” será utilizada no decorrer deste texto para nos referirmos a pessoas travesti, mulheres e homens transexuais.

constante do termo pessoas *trans*, termo amplo que se refere às rupturas de gênero, utilizado para designar todos aqueles que não desejam a vivência em um gênero previamente definido (BENTO e PELÚCIO, 2012).

Assim sendo, a designação *pessoas trans* corresponde a um esforço em não delimitar fronteiras entre as identidades de gênero, cuja categoria na perspectiva de Connell (2015) o define como “ao mesmo tempo criativo e violento, no qual os corpos e cultura estão igualmente em jogo e são constantemente transformados, às vezes até a sua destruição”. Assim, o conceito de gênero diz respeito ao conjunto das representações sociais e culturais construídas a partir da diferença biológica entre os sexos, que evidencia que este não é único elemento que define as condutas sexuais dos indivíduos.

O termo gênero está inter-relacionado ao que tange à identidade de gênero. No âmbito das ciências sociais esta é compreendida enquanto uma construção social e cultural do que significa ser feminino e masculino em cada sociedade (JESUS, 2012; COELHO e SAMPAIO, 2014). Nesse sentido, entende-se que o comportamento feminino ou masculino seria construído socialmente, na interação entre o indivíduo e a cultura do qual ele faz parte e não pré-determinado pelo sexo biológico. O fato desse indivíduo não se dar conta desse processo de (des)construção leva-o a acreditar que seu sexo biológico é que determina sua identidade (BENTO e PELÚCIO, 2012; JESUS, 2012).

Contudo, conforme Pelúcio (2009) destacou em seus estudos a ausência do debate de saúde e diversidade sexual nos currículos acadêmicos das profissões da área da saúde, além da escassez de dados científicos sobre a saúde de travestis e transexuais, denotam que as reflexões em âmbito acadêmico se apresentam muito incipientes. A convivência com travestis e transexuais indica como é perceptível a vulnerabilidade vivida por essas pessoas diante da ausência de programas de saúde que atendam suas necessidades específicas. É necessário, portanto, ressignificar a formação e prática profissional aprendida pelos profissionais de saúde, que, por vezes, traduzem-se em práticas conflituosas e discriminatórias, indo na contramão do que prevê as políticas e programas específicos para essa população.

Evidenciar o tema da transexualidade a partir do olhar dos profissionais de saúde é fundamental para a construção de uma formação profissional e de uma educação permanente em saúde de qualidade que contribua para a criação de espaços de diálogos entre os profissionais de saúde e a população atendida. Dessa maneira, esta pesquisa se justifica pela necessidade de compreender como os profissionais de saúde percebem as pessoas trans e travestis que demandam cuidados em saúde, pois essa percepção apontará as lacunas e

possibilidades da abordagem da dimensão de gênero e sexualidade na formação acadêmica desses profissionais.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo qualitativo, o qual todos os fatos e fenômenos são significativos e relevantes. A pesquisa ainda está em processo e conforme já informado anteriormente, o trabalho integra um projeto de pesquisa maior, sobre o acesso de pessoas trans no SUS em um hospital universitário do município do Rio de Janeiro a partir da percepção dos profissionais de saúde. O estudo utiliza-se dos instrumentos de grupo focal e entrevistas semiestruturadas para a construção de narrativas dos profissionais. Neste estudo, estão incluídas apenas os profissionais de saúde em formação nos programas de residências multiprofissionais em Saúde da Mulher e Saúde da Família (assistentes sociais, psicólogas, enfermeiras, dentistas e nutricionistas) na Atenção Básica do município do Rio de Janeiro. O trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Atenção à Saúde São Francisco de Assis/Escola de Enfermagem Anna Nery (UFRJ) (CAAE 15668919.9.0000.5238) e segue sendo realizado conforme os procedimentos éticos previstos.

DESENVOLVIMENTO

Apesar de assegurado pela Constituição, o direito à saúde de forma universal e integral sem discriminação de origem, raça, cor, sexo, idade ou qualquer outra forma de preconceito (BRASIL, 1990), parece não se aplicar para determinados segmentos sociais, como para pessoas travestis e transexuais. A invisibilidade e vulnerabilidade em saúde as quais são expostas nos serviços de saúde pública corroboram a afirmativa.

A temática da diversidade sexual para a saúde coletiva é tratada de forma transversal até a primeira década do séc. XXI quando então é realizada a elaboração de uma política nacional de saúde integral específica para este segmento da população (BRASIL, 2010), contemplando os direitos sociais de travestis e pessoas transexuais. É inegável que a atenção em saúde para travestis e transexuais integra a agenda de problemáticas sobre acesso/integralidade no SUS, reiteradas também na Política Nacional de Saúde Integral da População LGBT. Tal documento deve ser considerado como norteador e legitimador das necessidades e especificidades dessa população, conforme os princípios de equidade e integralidade previstos na lei n. 8080 e na Carta dos Usuários do SUS (2006).

No entanto, é na prática profissional em saúde que tais princípios irão se materializar. Na atenção à saúde, a prática profissional é entendida como um potencial educativo, dentro de um conceito amplo de saúde e deve buscar a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Todavia, há o estigma generalizado da população em relação a minorias sexuais, especialmente travestis e transexuais, segundo Cerqueira-Santos e De Souza (2010) inclusive por parte de profissionais com boa formação.

A estigmatização e discriminação nos estabelecimentos de saúde começa desde a porta de entrada da instituição, com risos debochados e olhares enviesados, na figura dos profissionais da segurança, passando pela recepção, com o desrespeito ao nome social⁴ e a cenas vexatórias de discriminação por parte de profissionais diversos. Esse estranhamento cria resistência repulsa nos profissionais de saúde, o que gera por vezes omissão e indiferença por parte destes, interferindo na produção do cuidado em saúde. Tudo isso resulta no abandono de tratamento em andamento, absenteísmo nas consultas agendadas, entre outras graves consequências, produzindo a negação do direito enquanto cidadãs e cidadãos, inclusive do direito ao acesso à saúde integral.

Nesse sentido, nos aspectos relacionados à saúde das pessoas trans, cabe destacar quais são as necessidades específicas que essas pessoas possuem ao acessar os serviços de saúde. No entanto, esta necessidade somente poderá ser compreendida no momento do atendimento a depender do compromisso e da preocupação do/da profissional de saúde em fazer uma melhor escuta possível das necessidades trazidas por aquela/ aquele usuária/usuário. Portanto, estariam os profissionais em formação nas residências em saúde sendo preparados para lidar com o atendimento a este público?

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A trajetória de pessoa trans que buscam acolhimento de suas demandas em saúde no SUS, é marcada por uma série de dificuldades como discriminação, preconceito e violências. As limitações começam antes mesmo de chegar ao profissional de saúde, desde a entrada na unidade até dentro dos consultórios especializados.

Durante a realização do trabalho de campo, tem sido possível observar algumas dificuldades oriundas da discriminação e do preconceito por parte de profissionais de saúde.

⁴ O uso do nome social nos serviços de saúde é garantido pela Portaria nº 1.820/2009, que descreve que o usuário deve ser identificado [...] pelo nome e sobrenome civil, devendo existir em todo documento do usuário e usuária um campo para se registrar o nome social, independente do registro civil sendo assegurado o uso do nome de preferência, não podendo ser identificado por número, nome ou código da doença ou outras formas desrespeitosas ou preconceituosas. (BRASIL, 2009).

Isso demonstra que há um estranhamento no encontro entre esses sujeitos e suas subjetividades e tal estranhamento, causado aos profissionais de atenção à saúde, cria fortes resistências, quando não, omissão e/ou indiferença (DUARTE, 2014).

Os episódios de atitudes discriminatórias contra as sexualidades consideradas desviantes da norma são recorrentes nos ambientes de saúde. Ficam explícitos a intolerância e o desrespeito à diversidade que as próprias instituições promovem. Nas análises preliminares, observamos que as dificuldades de lidar com as questões relativas ao gênero e à sexualidade, especialmente à sexualidade feminina, faz com que os profissionais de saúde reduzam o impacto de suas ações. Os resultados apontam ainda que a maneira como esses profissionais entendem e constroem as noções de gênero e sexualidade, torna-se uma das principais barreiras de acesso das pessoas trans aos serviços.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de ser possível observar alguns avanços no campo dos direitos sexuais para o segmento LGBTI na saúde com a construção de uma política pública específica para esse grupo, reconhecendo os efeitos da discriminação, do preconceito e da exclusão desses sujeitos no processo saúde-doença, ainda encontramos serviços com determinadas lacunas entre os discursos e as práticas que se efetivam no cotidiano. As situações de discriminações e preconceitos institucionais, bem como o despreparo e a falta de conhecimento sobre identidade de gênero e orientação sexual formam o centro dessa questão vem produzindo anos de exclusão e invisibilidade desses sujeitos nos serviços de saúde, conforme observa Duarte (2014).

A reflexão sobre o debate parece ganhar relevância, à medida em que também convém convidar a/os profissionais residentes inseridos nas equipes de saúde para o pensar a questão. A ampliação da análise e da formação sobre políticas públicas de saúde para população trans torna-se necessária à medida em que se busca novos rumos de uma atenção mais efetiva à saúde e aos direitos sexuais (e não somente os reprodutivos), a qual contemple os desafios que implicam a demanda de novas/os usuárias/os nos serviços de saúde.

REFERENCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1988.

_____. Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços

correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 31 dez., 1990.

_____. Carta dos direitos dos usuários da saúde. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2006.

_____. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2010.

BENTO, Berenice. A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro, Garamond, 2006.

_____. PELÚCIO, Larissa. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. Estudos Feministas, v. 20, n. 2, p. 569-581, 2012.

CARVALHO, Mario, CARRARA, Sérgio.. Em direção a um futuro trans? Contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. Revista Lationoamerica: Sexualidad, Salud y Sociedad. Rio de Janeiro: IMS-UERJ, CLAM, n. 14, Dossier n. 2, p. 319-351, 2013.

CARVALHO, Yara Maria de., CECCIM, Ricardo Burg. Formação e educação em saúde: aprendizados com a saúde coletiva. Em: Tratado de Saúde Coletiva. CAMPOS, Gastão Wagner de Souza et. al (Orgs).2ª ed. rev. aum. – São Paulo: Hucitec, 2012

CERQUEIRA-SANTOS, E., CALVETTI, P. U., ROCHA, K. B., MOURA, A., BARBOSA, L. H., & HERMEL, J. Percepção de Usuários Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros, Transexuais e Travestis do Sistema Único de Saúde. Revista Interamericana de psicología/Interamerican Journal of Psychology, Puerto Rico, v.44, n.2, p. 235-245, 2010.

DUARTE, Marcos José de O. Saúde, cuidado e diversidade sexual: a temática da transexualidade na atenção básica em saúde. In: Transexualidades: um olhar multidisciplinar. Orgs: Maria Thereza Ávila Dantas Coelho e Liliana Lopes. Salvador: EDUFBA, 2014

FACCHINI, Regina. Sopa de letrinhas: Movimento homossexual e a produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Orientações sobre a população transgênero : conceitos e termos. Brasília: Autor, 2012. Disponível em: <http://issuu.com/jaquelinejesus/docs/orienta__es_popula__o_trans>. Acesso em 12/03/2018.

JESUS, Jaqueline Gomes de (Org.). Transfeminismo: teorias & práticas. Rio de Janeiro: Metanóia Editora, 2014b

PELÚCIO, Larissa. Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de AIDS. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2009.

SAMPAIO, Liliana Lopes Pedral, COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas (Orgs.). Transexualidades: um olhar multidisciplinar. Salvador, EDUFBA, 2014

Palavras-chave: pessoas trans, acesso à saúde, formação, profissionais de saúde